



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

estatística dos dados.

Os trabalhos realizados pela consultoria e a aquisição de uma nova ferramenta de controle tornarão ainda mais eficiente a gestão do risco de crédito institucional e fortalecerá a respectiva aderência às políticas institucionais e às exigências do acordo de Basileia II e da Resolução 3.721/2009, com ganho de conhecimento técnico às equipes internas responsáveis pela modelagem e remodelagem periódicas.

3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução customizada de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento, sendo uma única base corporativa de informações da Instituição, controlando a insuficiência ou disponibilidade de garantias, contribuindo para reduzir o risco operacional, bem como instrumento de mitigação de risco de crédito.

Gestão de Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, e a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.

O modelo interno de Value at Risk (VaR) que representa o valor máximo de potencial de perda a que fica exposta a Instituição, em função de oscilação dos preços dos seus ativos, é calculado diariamente para as diversas carteiras do Banco em complementação ao modelo de alocação de capital proposto pelo Banco Central.

Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 72% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$3.441.657 em 31.12.2010, o que representa um percentual de 0,11% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com o Novo Acordo de Capitais – Basileia II.

Dessa forma, conforme está definido na Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria Executiva e chancelada pela Alta Administração, análises de sensibilidade (testes de estresse) são realizadas rotineiramente com o objetivo de avaliar as possíveis exposições do Banco em situações de estresse ou de condições extremas no mercado.

O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Dezembro/2010 – R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	(2)	6.642	12.905
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	3.438	26.933	51.532
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	5	(2.616)	(5.154)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	-	-
Totais		3.441	30.959	59.283

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário 1: Consiste no cenário provável para os fatores de risco e tem como base as informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc), tais como a curva de taxa de juros futuros. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$1,66 e a taxa de juros de 1 ano foi de 10,75%a.a.

Cenário 2: Foram realizados choques paralelos de 25% com base no mercado de 31.12.2010 e aplicados sobre o cenário 1. Por

exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,07, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 13,43%a.a, com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3: Foram realizados choques paralelos de 50% com base no mercado de 31.12.2010 e aplicados sobre o cenário 1. Por exemplo: a cotação Reais/Dólar foi de R\$2,49, e a taxa de juros prefixada de 1 ano foi de 16,12%a.a, com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31.12.2010. Os resultados apresentados nos cenários de stress (Cenários 1 e 2) ratificam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que registra baixa variação no valor a mercado das posições detidas pela instituição.

O Banco tem como política de investimento não atuar no mercado de derivativos e a sua exposição atual detém 72% do valor a mercado dos ativos da carteira alocados em títulos públicos indexados à SELIC e papéis privados indexados ao CDI, não havendo, portanto, mudança significativa de cenário senão as decorrentes da volatilidade do mercado.

28. Informações Complementares

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	4.308.891	3.764.171
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	79.420	76.977
TOTAL	4.388.311	3.841.148

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$122.823 (R\$118.975 em 2009), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Tipo	2010	2009
Seguro de incêndio	122.508	118.764
Seguro de automóveis	315	211
TOTAL	122.823	118.975

c) Contingências

c.1) Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia possui demandas cíveis, fiscais e trabalhistas em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais. A constituição de provisão para passivos contingentes atende à Deliberação CVM nº 594/2009, com utilização de metodologia estatística de estimativa. As situações mais relevantes das quais o Banco é parte de acordo com a natureza jurídica são:

a. Ações trabalhistas – referem-se a processos movidos, na maioria por ex-empregados, relacionados à isonomia salarial, recebimento de horas-extras, recebimento de 40% de multa de FGTS, recebimento de adicional de função, diferenças de planos econômicos e diferenças de verbas de rescisões contratuais. As ações são agrupadas por tipo e objeto às quais são atribuídas “perdas médias esperadas” e “fatores de ponderação de perdas” apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos cinco anos e revisado, anualmente. Para todas as ações trabalhistas ativas é constituída provisão, que é apurada pela quantidade de ações ativas multiplicadas pelo valor da perda média e fatores de ponderação da perda. Em conjunto com a perda média, foi criado um novo grupo de provisão trabalhista, formado pelos processos relevantes já em fase de execução.

b. Ações de natureza cível – Em sua maioria representam ações relacionadas à reparação de danos morais e patrimoniais, em função de inscrição em órgãos restritivos, pagamento de cheques falsificados e contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em razão de planos econômicos. As ações foram agrupadas por objeto às quais são atribuídas “perdas médias esperadas” apuradas em estudo estatístico, considerando as ações encerradas nos últimos cinco anos. Para todas as ações cíveis ativas sem condenação ou com decisão favorável a provisão é calculada com

Ministério da
Fazenda



base nas perdas médias esperadas. Nas ações com decisão desfavorável a provisão é de 100% do valor da condenação. Provisionam-se, ainda, as condenações do Banco em honorário de sucumbência.

c. Ações de natureza fiscal – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados.

d. Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição.

A movimentação da provisão no exercício está abaixo especificada (nota explicativa nº 13).

Descrição	Saldo em 31.12.2009	Adição	Utilização	Saldo em 31.12.2010
Trabalhista	27.647	25.457	(24.889)	28.215
Cível/Fiscal	22.498	8.419	(7.375)	23.542
Fdos Invest.	22.386	3.938	(6.926)	19.398

No exercício, houve recuperação de R\$16.349 em decorrência de levantamento de valores de processos trabalhistas (devolução de penhora).

c.2) Fundos de investimento

Até 31 de dezembro de 2010, foram interpostas contra o Banco 789 ações judiciais para liberação de recursos aplicados nos fundos de investimento, que eram custodiados pelo extinto Banco Santos S.A. O Banco provisionou o montante de R\$19.398 para cobrir futuras perdas estimadas. No exercício, foram cumpridas 76 ações no valor de R\$6.926.

c.3) FINAM

O Banco da Amazônia S.A., na figura de operador do Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos iniciais indicam que a possível irregularidade abrange 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.908, com base no valor patrimonial da cota em 31 de dezembro de 2010. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

29. Eventos não recorrentes

O Banco registrou como eventos não recorrentes, as seguintes receitas:

- Recuperação de parte do CDI aplicado no extinto Banco Santos, no montante de R\$18.129 (nota explicativa nº 5);
- Registro da multa, no valor de R\$38.505, referente à responsabilidade pecuniária parcial imputada a empresa contratada para gerenciar e implantar o Projeto de Modernização Tecnológica (PET) do Banco, conforme apurado no processo de mediação (nota explicativa nº 16 - g);
- Devolução de penhoras de processos trabalhistas, tendo como objeto ação de planos econômicos no montante de R\$16.349 (nota explicativa nº 16 - f) decorrente de devolução;
- Atualização monetária da taxa de administração do FINAM, correspondente ao valor de R\$49.830 (nota explicativa nº 17);
- Recuperação de aplicação da carteira de câmbio realizada no extinto BMD, no total de R\$19.380, face encerramento do processo judicial.

30. Internacional Financial Reporting Standard (IFRS)

O Banco finalizou suas análises sobre consolidação de veículos legais, de acordo com a “IAS nº 27 – Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas” e a “SIC nº 12 – Consolidação de SPES”, e concluiu que não possui empresas coligadas e controladas ou outros veículos legais que deveriam ser consolidados pelo Banco. Dessa forma, o Banco não está enquadrado na exigibilidade de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os padrões internacionais de contabilidade, definidos pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), conforme determinam as instruções CVM nº 457/2007 e Circular nº 3.472/2009 do Banco Central do Brasil.

Apesar da não obrigatoriedade, a Administração do Banco já adotou medidas, inclusive com a contratação de consultoria especializada, para possibilitar a implementação das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).